

Transformações marcarão a economia em 90

SÉRGIO COSTA
Correspondente

Rio — Não serão poucas as transformações que marcarão a economia brasileira a partir de 1990. A dívida interna, hoje maior que a externa, será renegociada com prazos mais longos de pagamento; subsídios e incentivos fiscais ao setor privado serão revistos; aumentará o combate à sonegação; será implementada uma vigorosa reforma administrativa, onde se prevê o fim do duplo emprego e a diminuição do número de ministérios. Além disso, o governo passará a considerar mais seriamente a proposta de privatização de estatais onde não haja sentido de estarem sob controle da União.

Esse é o quadro que se desenha a partir de agora, através dos pontos em comum dos programas de governo dos dois candidatos à Presidência da República, classificados para o segundo turno, Fernando Collor de Mello (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). São planos elaborados durante meses, pelos economistas dos respectivos partidos, e concluídos quase às vésperas da disputa final do primeiro turno das eleições, e onde as coincidências chegam a ser numerosas. O maior desacordo está na estratégia de combate à inflação, muito mais passiva, no programa do PRN, do que no do Partido dos Trabalhadores.

A esperança do governo Collor é de que não será necessário um plano de emergência para conter a escalada dos preços no País. O choque compreendido por seus economistas é de credibilidade: a inflação começaria a cair com um presidente que trouxesse a recuperação da capacidade financeira do setor público e promovesse a retomada dos investimentos produtivos, reduzindo as incertezas econômicas e, consequentemente, a especulação. A ênfase da equipe do PRN é de que se deva evitar “soluções mágicas” como o congelamento de preços, aplicado nos planos Cruzado, Bresser e Verão.

Na ótica do governo Lula, o quadro é diferente. Seus economistas entendem que o fenômeno inflacionário está diretamente ligado à remessa de divisas do País, para pagamento da dívida externa e também à crise financeira do setor público onde há uma participação especial dos encargos da dívida interna. Suspenderia-se o pagamento dos juros externos, e alongaria o prazo de pagamento dos encargos internos. Isso permitiria o crescimento da economia, enquanto o governo espantaria as incertezas econômicas através de reformas administrativa e fiscal.

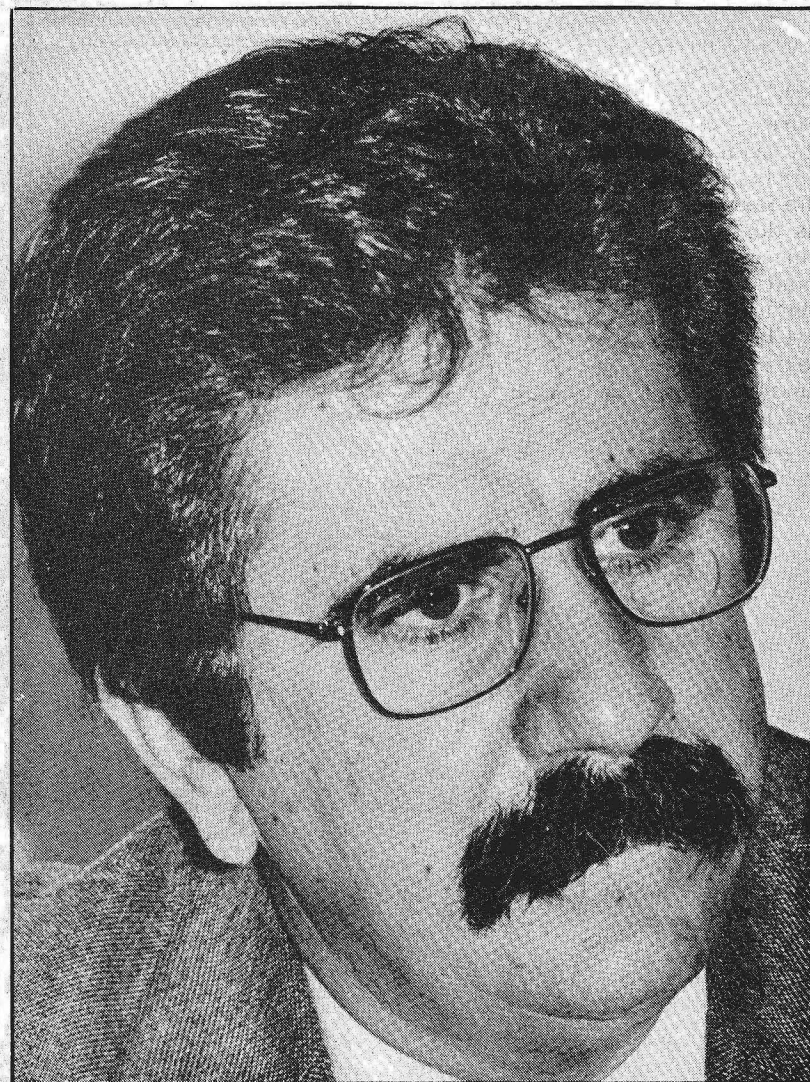
Pode-se dizer que no PRN há uma estrela isolada, na assessoria econômica: Zélia Cardoso de Mello, economista da Universidade de São Paulo, e que traba-

lhou na Secretaria do Tesouro Nacional no início do governo Sarney. Seus colegas de maior renome, no PT, estão em maior número entre os que já foram confirmados como participantes de um governo federal petista: Aloísio Mercadante Oliva, Paul Singer e Paulo Sandroni, todos de São Paulo. No partido de Lula, a essência do programa econômico teve ser tirada a partir de uma discussão entre as várias facções que o integram.

São as seguintes as propostas de Collor e de Lula para a economia, em alguns de seus principais pontos, além do combate à inflação:

Déficit público — para o PRN, o caminho passa por um ajuste fiscal e pela renegociação das dívidas internas e externa. Haveria uma negociação com o Congresso para eliminar subsídios e incentivos fiscais que a nova Constituição garantiu por um prazo indefinido. Além disso, a receita seria aumentada com um minucioso combate à sonegação fiscal. Não se trabalha, até agora, com o aumento de impostos. Do lado do PT também se inclui a revisão de subsídios e incentivos, mas mantendo-se aqueles destinados às políticas sociais do governo petista. Haverá também o combate à sonegação, mas acompanhado do que o partido chama de Justiça Fiscal: paga mais imposto quem tem mais renda.

ARQUIVO



O deputado Tinoco defende mais verbas às estatais lucrativas como a Petrobrás